



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia - 11 e 12/09/2016

## Ex-secretários da Saúde do governo João Alves recebem multas do TCU

Já os ex-secretários José Lima e Silvani Pereira foram citados no relatório do TCU por causa de falhas encontradas na feitura e na fiscalização da execução do convênio com a OMF, principalmente no que diz respeito à aplicação da contrapartida da organização. O contrato, assinado em abril de 2005 por DeisiKusztra e pelo então governador João Alves (atual prefeito de Aracaju e candidato à reeleição pelo DEM), previa investimentos de R\$ 12.350.000 na implantação da MNSL, sendo R\$ 9,5 milhões arcados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) e outros R\$ 2,85 milhões da parte de OMF e Unapmif, responsáveis pela compra e instalação dos equipamentos da maternidade.

O relatório da auditoria mostrou que não houve a apresentação de justificativas para a celebração do con-

vênio sem as devidas justificativas, nem foram tomadas providências quanto à aplicação da contrapartida em despesas não elegíveis". Os dois itens configuraram descumprimento de artigos da Instrução Normativa 1/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ainda segundo o TCU, houve o pagamento antecipado de despesas do contrato, no valor de R\$ 1.149.162,56. O recolhimento de R\$ 15.115,65 em tributos e impostos durante a vigência do convênio também não foi comprovado.

Além disso, a inspeção apontou que houve "liberação de sete parcelas (da 4ª a 10ª) do convênio em desconformidade com o art. 116, §3º, da Lei 8.666/1993 [Lei de Licitações], pois o Departamento Técnico da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe já havia opi-

nado pela irregularidade da prestação de contas da 3ª parcela". As prestações de contas destas parcelas também não foram apresentadas. "Entendendo que o conjunto das irregularidades listadas no item 5 deste voto, das quais foram parcialmente afastadas apenas aquelas relativas à ausência da retenção de tributos e de pagamentos antecipados, é suficiente para afirmar que a supervisão do convênio exercida pelos então secretários de saúde foi falha", conclui o ministro Vital do Rego, em seu voto.

**Polêmicas** - A inauguração da MNSL, criada para atender gestantes de alto risco e absorver as funções da extinta Maternidade Hildete Falcão Baptista, foi marcada por polêmicas. A obra foi entregue na última semana de 2006 pelo governador João Alves,

como último ato de seu mandato, mas parte dos equipamentos ainda não havia chegado e outros permaneciam nas caixas. Dias depois, foram detectados problemas na estrutura, como infiltrações e falhas no acabamento. A equipe que assumiu a Secretaria de Saúde teve que concluir as obras, o que levou mais oito meses até que a "Lurdinha" entrasse em funcionamento.

As irregularidades levantadas pela CGE motivaram ainda uma ação de improbidade administrativa, impetrada em 2011 pelo Ministério Público Estadual (MPSE) contra DeisiKusztra e a Unapmif. Na ação, que ainda não foi julgada, foi pedida a devolução de R\$ 4,2 milhões aos cofres públicos, além da suspensão dos direitos políticos de Deisi e a proibição da Unapmif de fazer outros contratos com o Poder Público.